

**AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM)****TERMO DE REFERÊNCIA****PROCESSO Nº 48054.001056/2019-09****1. DO OBJETO**

1.1. Registro de Preços para contratação de empresa certificada e homologada para prestar, sob demanda, eventual Serviço de Transporte Aéreo de Passageiros (TPX) ou Serviço Aéreo Especializado (SAE)/(TPX), por aeronave de asas rotativas do tipo helicóptero, equipado com sistema de navegação por instrumentos para operações diurnas, de acordo com a legislação em vigor, inclusos os custos de abastecimento, tripulação, manutenção, seguros, hangaragem, taxas aeroportuárias, eventual deslocamento da aeronave até os locais de embarque ou horas paradas, com a finalidade de apoiar a realização de atividades de fiscalização de campo de competência da Agência Nacional de Mineração (ANM), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	Código CATSER	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade estimada anual (Emergência)
1	14680	Serviço de Transporte Aéreo de Passageiros (TPX) ou Serviço Aéreo Especializado (SAE)/(TPX) em aeronave de asas rotativas, do tipo helicóptero, capacidade a partir de 04 (quatro) passageiros e 01 (um) piloto, velocidade mínima de cruzeiro de 180km/h e autonomia mínima de 3 (três) horas, para operações diurnas e sob regras de voos visuais, inclusos abastecimento, tripulação, manutenção, seguros, hangaragem, taxas aeroportuárias, eventual deslocamento da aeronave até os locais de embarque ou horas paradas, com a finalidade de apoiar a realização de atividades de fiscalização de campo de competência da Agência Nacional de Mineração (ANM) na área de abrangência do Estado de Minas Gerais, com embarque na cidade de BELO HORIZONTE/MG.	Hora/voo	34

ITEM	Código CATSER	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade estimada
------	---------------	-------------------------	-------------------	---------------------

				anual (Urgência e Emergência)
2	14680	Serviço de Transporte Aéreo de Passageiros (TPX) ou Serviço Aéreo Especializado (SAE)/(TPX) em aeronave de asas rotativas, do tipo helicóptero, capacidade a partir de 04 (quatro) passageiros e 01 (um) piloto, velocidade mínima de cruzeiro de 180km/h e autonomia mínima de 3 (três) horas, para operações diurnas e sob regras de voos visuais, inclusos abastecimento, tripulação, manutenção, seguros, hangaragem, taxas aeroportuárias, eventual deslocamento da aeronave até os locais de embarque ou horas paradas, com a finalidade de apoiar a realização de atividades de fiscalização de campo de competência da Agência Nacional de Mineração (ANM) na área de abrangência dos Estados do Pará e Amapá, com embarque nas cidades de BELÉM/PA, MACAPÁ/AP, PARAUAPEBAS/PA e SANTARÉM/PA.	Hora/voo	22

ITEM	Código CATSER	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade estimada anual (Urgência e Emergência)
3	14680	Serviço de Transporte Aéreo de Passageiros (TPX) ou Serviço Aéreo Especializado (SAE)/(TPX) em aeronave de asas rotativas, do tipo helicóptero, capacidade a partir de 04 (quatro) passageiros e 01 (um) piloto, velocidade mínima de cruzeiro de 180km/h e autonomia mínima de 3 (três) horas, para operações diurnas e sob regras de voos visuais, inclusos abastecimento, tripulação, manutenção, seguros, hangaragem, taxas aeroportuárias, eventual deslocamento da aeronave até os locais de embarque ou horas paradas, com a finalidade de apoiar a realização de atividades de fiscalização de campo de competência da Agência Nacional de Mineração (ANM) na área de abrangência dos Estados de Mato Grosso, Amazonas e Rondônia, com embarque nas cidades de CUIABÁ/MT, MANAUS/AM e PORTO VELHO/RO.	Hora/voo	16

ITEM	Código CATSER	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade estimada anual (Urgência e Emergência)
4	14680	Serviço de Transporte Aéreo de Passageiros (TPX) ou Serviço Aéreo Especializado (SAE)/(TPX) em aeronave de asas rotativas, do tipo helicóptero, capacidade a partir de 04 (quatro) passageiros e 01 (um) piloto, velocidade mínima de cruzeiro de 180km/h e autonomia mínima de 3 (três) horas, para operações diurnas e sob regras de voos visuais, inclusos abastecimento, tripulação, manutenção, seguros, hangaragem, taxas aeroportuárias, eventual deslocamento da aeronave até os locais de embarque ou horas paradas, com a finalidade de apoiar a realização de atividades de fiscalização de campo de competência da Agência Nacional de Mineração	Hora/voo	14

		(ANM) na área de abrangência dos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com embarque nas cidades de FLORIANÓPOLIS/SC, PORTO ALEGRE/RS e SÃO PAULO/SP.		
--	--	--	--	--

ITEM	Código CATSER	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade estimada anual (Urgência e Emergência)
5	14680	Serviço de Transporte Aéreo de Passageiros (TPX) ou Serviço Aéreo Especializado (SAE)/(TPX) em aeronave de asas rotativas, do tipo helicóptero, capacidade a partir de 04 (quatro) passageiros e 01 (um) piloto, velocidade mínima de cruzeiro de 180km/h e autonomia mínima de 3 (três) horas, para operações diurnas e sob regras de voos visuais, inclusos abastecimento, tripulação, manutenção, seguros, hangaragem, taxas aeroportuárias, eventual deslocamento da aeronave até os locais de embarque ou horas paradas, com a finalidade de apoiar a realização de atividades de fiscalização de campo de competência da Agência Nacional de Mineração (ANM) na área de abrangência dos Estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Distrito Federal e parte de Minas Gerais, com embarque nas cidades de BRASÍLIA/DF e CAMPO GRANDE/MS.	Hora/voo	10

ITEM	Código CATSER	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade estimada anual (Urgência e Emergência)
6	14680	Serviço de Transporte Aéreo de Passageiros (TPX) ou Serviço Aéreo Especializado (SAE)/(TPX) em aeronave de asas rotativas, do tipo helicóptero, capacidade a partir de 04 (quatro) passageiros e 01 (um) piloto, velocidade mínima de cruzeiro de 180km/h e autonomia mínima de 3 (três) horas, para operações diurnas e sob regras de voos visuais, inclusos abastecimento, tripulação, manutenção, seguros, hangaragem, taxas aeroportuárias, eventual deslocamento da aeronave até os locais de embarque ou horas paradas, com a finalidade de apoiar a realização de atividades de fiscalização de campo de competência da Agência Nacional de Mineração (ANM) na área de abrangência dos Estados da Bahia e Sergipe, com embarque na cidade de SALVADOR/BA.	Hora/voo	7

1.2. O objeto da licitação tem natureza de serviço comum denominados serviço aéreo especializado e de transporte de passageiro por meio de taxi aéreo.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário visto tratar-se de SRP e não ser possível determinar quando a demanda de contratação ocorrerá, sua frequência nem mesmo a quantidade de horas/voo que será necessário em cada situação.

- 1.5. A Ata de Registro de Preços celebrada entre as partes terá vigência de 12 (meses), não sendo possível sua prorrogação.
- 1.6. O acionamento dos serviços ocorrerá mediante expedição de Ordem de Serviço (OS), nos termos definidos neste Termo de Referência, precedido da emissão de Nota de Empenho.
- 1.7. No caso de substituição do instrumento contratual por outro equivalente, conforme faculta o art. 62, da Lei 8.666, de 1993, este deverá fazer referência expressa aos termos do Edital a que se vincula, inclusive este Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência, e abrange a prestação do Serviço de Transporte Aéreo de Passageiros (TPX) ou do Serviço Aéreo Especializado (SAE)/(TPX) em aeronave de asas rotativas, do tipo helicóptero, para operações diurnas e sob regras de voos visuais, com a finalidade de realizar deslocamentos de servidores e colaboradores da ANM e para inspeções visuais em complexos minerários, em apoio as atividades de fiscalização de campo, inclusos abastecimento, tripulação, manutenção, seguros, hangaragem, taxas aeroportuárias e eventual deslocamento da aeronave até o local de embarque ou horas paradas.

- 3.2. Soluções de mercado:

3.2.1. Tipos de helicópteros que atendem as necessidades da ANM:

AERONAVES TIPO HELICÓPTERO CAPACIDADE a partir de 4 PASSAGEIROS + 1 PILOTO			
Modelos	fabricante	Representante no Brasil	Categoria
AS350 / HB350 B2/B3 Esquilo / H125	Airbus	Helibrás	Táxi Aéreo ou Multimissão SAE/TPX
Bell 206 B3 Jet Ranger	Bell Aircraft Corporation	TAM Aviação Executiva	Táxi Aéreo ou Multimissão SAE/TPX
AW119 (Koala) / MKII (KE)	AgustaWestland / Leonardo	Leonardo do Brasil	Táxi Aéreo ou Multimissão SAE/TPX

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum de caráter não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Conforme subitem 11.4.5 e seguintes do Estudo Técnico Preliminar, anexo ao presente Termo de Referência, os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, para as quais a execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1.

Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Empresa autorizada e homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para prestar Serviço de Transporte Aéreo de Passageiros (TPX) ou Serviço Aéreo Especializado (SAE)/(TPX) com aeronave de asas rotativas, do tipo helicóptero, que atenda, no mínimo, o seguinte, mas não se limitando:

5.1.1.1. possuir Certificado de Homologação de Empresas de Táxi Aéreo (CHETA) em plena validade, expedido pela ANAC;

5.1.1.2. reunir capacidade legal e técnica para prestar os serviços na forma, localidades e prazos pertinentes e compatíveis com o objeto da presente contratação;

5.1.1.3. dispor de apólice de seguro aeronáutico para cobertura de sinistros e casos de indenização de passageiros e bagagens;

5.1.2. Aeronaves em perfeitas condições de uso, homologadas e licenciadas pelos órgãos aeronáuticos competentes, nas categorias de Serviço de Transporte Aéreo de Passageiros (TPX) ou Serviço Aéreo Especializado (SAE)/(TPX), capaz de, mas não se limitando:

5.1.2.1. transportar a partir de 04 (quatro) passageiros com bagagens de mão mais 01 (um) tripulante;

5.1.2.2. desenvolver velocidade mínima de cruzeiro de 180 km/h;

5.1.2.3. autonomia mínima de 3 (três) horas e alcance com tanque standard de 540 km;

5.1.2.4. equipada com instrumentos e acessórios para voo visual diurno, de acordo com exigências da ANAC;

5.1.2.5. GPS instalado no painel certificado pela ANAC e/ou modelo portátil de uso específico aeronáutico, transmissor de localização conforme RBAC 135 e transponde classe 1;

5.1.2.6. possuir visibilidade frontal, lateral e abaixo da cabine, de modo a permitir aos pilotos e tripulantes condições para inspeção visual dos complexos minerários e seu entorno;

5.1.2.7. realizar pouso em área restrita e em terrenos irregulares, desprovidas de estrutura aeroportuária, visto que irá operar em áreas de difícil acesso, distante de centro urbanos, onde normalmente se desenvolvem as atividades de mineração;

5.1.2.8. decolar na vertical com lotação máxima e tanque cheio, mesmo em altitudes mais elevadas.

5.1.3. Informações da aeronave inclusas nas Especificações Operativas (E.O), emitidas pela ANAC em nome da empresa contratada;

5.1.4. Aeronave com regularidade documental para operar táxi-aéreo (TPX) ou serviço aéreo especializado (TPX/SAE), devendo atender, no mínimo, mas não se limitando:

5.1.4.1. estar em dia com o programa de inspeções, manutenções preventivas, corretivas e revisões de componentes estabelecidas pelo fabricante (motor, célula, aviônicos), com serviços executados por oficina própria ou terceirizada, desde que homologada pela ANAC, segundo normas aplicáveis;

5.1.4.2. possuir de forma visível a expressão “Táxi-Aéreo ou SAE/TPX” impressa externamente e sobre a fuselagem, junto à porta principal de entrada de passageiros, conforme consta no [Regulamento Brasileiro de Aviação Civil \(RBAC\)](#).

5.1.4.3. com matrícula nacional definitiva;

5.1.4.4. dispor da seguinte documentação, mas não se limitando:

I - Ficha de Inspeção Anual de Aeronave (FIAM/DIAM);

II - Prefixo, Certidão de matrícula, nacionalidade e aeronavegabilidade;

III - Certificados de homologação emitidos pela ANAC comprovando a plena condição de manutenção da aeronave;

5.1.5. Piloto profissional, que exercerá as funções de Comandante da Aeronave, devidamente habilitado segundo o que prescreve as normas e regulamentos da ANAC, de forma a atender, no mínimo, mas não se limitando:

5.1.5.1. Certificado de Habilitação Técnica para operação de aeronave objeto da presente contratação, obedecidos os padrões determinados pela ANAC;

5.1.5.2. detentor da licença de Piloto Comercial de Helicóptero (PCH);

5.1.5.3. possuidor de experiência suficiente para operar helicópteros em áreas sem infraestrutura aeroportuária e realizar pousos e decolagens em locais de difícil acesso;

5.1.5.4. possuir Certificado de Capacidade Física de 1ª Classe em plena validade;

5.1.5.5. operar diretamente a aeronave em consonância com a Regulamentação Brasileira de Homologação Aeronáutica e Instrução do Comando da Aeronáutica, além de outras aplicáveis que as substituam ou as complementem;

5.1.5.6. vínculo empregatício, contratual ou societário comprovado através de contrato social, registro em carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho de serviço profissional;

5.1.5.7. uso de uniforme completo (macacão de voo antichama) e fazendo uso de todos os equipamentos de segurança dentro dos critérios exigidos pela legislação aplicada;

5.1.5.8. atender o disposto na Lei 13.475, de 2017;

5.1.6. Custo do piloto, combustível, manutenção, seguros, hangaragem, taxas aeroportuárias, possíveis translados da aeronave até o local de embarque ou horas paradas, e outros pertinentes, inclusos no preço da hora/voo ofertada;

5.1.7. Contagem da hora de voo efetuada pelo horímetro da aeronave, sendo considerado o tempo de voo a marcação em horas e décimos de hora;

5.1.7.1. O acionamento do horímetro deverá ser automático, estando acoplado a circuitos da aeronave que o disparem no momento da partida da turbina cessando por ocasião do seu corte;

5.1.7.2. As horas de voo devem ser registradas após o término de cada operação, independentemente de sua duração;

5.1.7.3. A responsabilidade pela correta apuração das horas voadas é do piloto que estiver exercendo as atribuições de Comandante da Aeronave, que registrará a quantidade levantada e a disponibilizará para conferência do representante autorizado da Contratante que acompanhou a operação/deslocamento;

5.1.8. A quantidade anual estimada de horas de deslocamentos por item, o tipo de situação, o tipo de voo e as respectivas cidades de embarque são apresentadas no quadro abaixo:

ITEM	Unidade de Medida	Quantidade estimada anual (Emergência)	Cidade de Embarque
1	Hora/voo	34	BELO HORIZONTE/MG
QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA ANUAL (MG)		34 horas/voo	

ITEM	Unidade de Medida	Quantidade estimada anual (Urgência)	Quantidade estimada anual (Emergência)	Cidade de Embarque
2	Hora/voo	2		MACAPÁ/AP
	Hora/voo	5		SANTARÉM/PA
	Hora/voo	3		PARAUPEBAS/PA
	Hora/voo		12	BELÉM/PA
QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA ANUAL (AP/PA)		22 horas/voo		

ITEM	Unidade de Medida	Quantidade estimada anual (Urgência)	Quantidade estimada anual (Emergência)	Cidade de Embarque
3	Hora/voo	3		MANAUS/AM
	Hora/voo	2		PORTO VELHO/RO
	Hora/voo		11	CUIABÁ/MT
QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA ANUAL (AM/MT/RO)		16 horas/voo		

ITEM	Unidade de Medida	Quantidade estimada anual (Urgência)	Quantidade estimada anual (Emergência)	Cidade de Embarque
4	Hora/voo	4	5	SÃO PAULO/SP
	Hora/voo	3		PORTO ALEGRE/RS
	Hora/voo	2		FLORIANÓPOLIS/SC
QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA ANUAL		14 horas/voo		

(MS/PR/RS/SC/SP)				
ITEM	Unidade de Medida	Quantidade estimada anual (Urgência)	Quantidade estimada anual (Emergência)	Cidade de Embarque
5	Hora/voo	3		BRASÍLIA/DF
	Hora/voo	4		CAMPO GRANDE/MS
	Hora/voo		3	BRASÍLIA/DF
QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA ANUAL (DF/GO/MS)	10 horas/voo			

ITEM	Unidade de Medida	Quantidade estimada anual (Urgência)	Quantidade estimada anual (Emergência)	Cidade de Embarque
6	Hora/voo	4	3	SALVADOR/BA
QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA ANUAL (BA/SE)	7 horas/voo			

5.1.9. O Serviço tem carácter de não continuado e será acionado a depender da necessidade, de acordo com o tipo de voo, classificados como de Urgência ou Emergência, decorrente de situações de alertas deflagrados em complexos minerários ou para atender plano de ação de fiscalização de campo;

5.1.10. Manter confidencialidade acerca dos aspectos técnicos das fiscalizações e operações realizadas;

5.1.11. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços;

5.1.12. Não há previsão de pernoite da aeronave no destino;

5.1.13. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas em tópicos específicos deste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 às 11 horas e de 14 às 16h.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6.6. A localização dos complexos minerários que possuem estruturas de barragens em suas plantas podem ser consultados no endereço: <https://app.anm.gov.br/SIGBM/Publico/Mapa>.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. O acionamento dos serviços será realizado de acordo com a demanda de voo da ANM, classificados como de URGÊNCIA ou EMERGÊNCIA, decorrente de alertas gerados em estruturas de barragens localizadas em complexos minerários nas áreas de abrangências especificadas neste Instrumento, ou para atender plano de ação de fiscalizações de campo;

7.1.2. Todo deslocamento será precedido da emissão de Ordem de Serviço (OS), via sistema eletrônico SEI, deferido por autoridade competente da ANM, acompanhada da respectiva Nota de Empenho, conforme modelo anexo a este Termo de Referência, que detalhará, no mínimo, mas não se limitando:

7.1.2.1. o serviço a ser realizado: transporte de passageiros por táxi aéreo; serviço especializado para inspeção aérea de complexo minerário; ou ambos;

7.1.2.2. o tipo de voo: URGÊNCIA ou EMERGÊNCIA;

7.1.2.3. a identificação da(s) localidade(s) de destino e do(s) empreendimento(s) envolvido(s), além de suas coordenadas geográficas;

7.1.2.4. a cidade e UF base, local para embarque;

7.1.2.5. a data e hora previstas para embarque e início do deslocamento;

7.1.2.6. a data e hora previstas para retorno a base de origem;

7.1.2.7. a quantidade estimada de horas de voo considerando os trajetos de ida e volta;

7.1.2.8. identificação (nome, matrícula e telefone de contato) do Servidor autorizado da ANM que acompanhará a operação/deslocamento;

7.1.2.9. identificação (nome, matrícula e telefone de contato) dos demais passageiros que participarão do voo;

7.1.2.10. assinatura da autoridade competente da ANM que autoriza o deslocamento.

7.1.3. Em voos de URGÊNCIA a OS será expedida com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência do horário definido para embarque, constante na própria OS;

7.1.4. Em voos de EMERGÊNCIA a OS será expedida com, no mínimo, 4h (quatro horas) de antecedência do horário definido para embarque, constante na própria OS;

7.1.5. A empresa contratada deverá confirmar o recebimento da OS e de imediato disponibilizar para a ANM os dados de registro do piloto e da aeronave que farão o deslocamento, bem como a documentação de comprovação da regularidade para operar, inclusive apólice de seguro, caso tenha ocorrido alterações dos mesmos em relação

aqueles apresentados junto a proposta de preços, quando da realização da licitação ou da prorrogação contratual;

7.1.6. A contratada não poderá rejeitar OS, exceto por motivos de segurança de voo ou impedimentos determinados pelas autoridades aeroportuárias;

7.1.7. A contratada poderá solicitar alterações na OS, acompanhada das respectivas justificativas, condicionada a aceitação por parte da ANM, exceto nos casos de comprovado comprometimento para a segurança do voo ou para atendimento a exigências dos órgãos de controle aeroportuários;

7.1.8. A ANM poderá cancelar ou alterar OS expedida em situações de URGÊNCIA, sem ônus, desde que, no mínimo, com 12h (doze horas) de antecedência do horário definido para embarque constante da OS original;

7.1.9. A ANM poderá cancelar ou alterar OS expedida em situações de EMERGÊNCIA, sem ônus, desde que, no mínimo, com 3h (três horas) de antecedência do horário definido para embarque constante da OS original;

7.1.10. O acionamento dos serviços, desde que observados os prazos mínimos estabelecidos, poderá se dar para ocorrer no período diurno de qualquer dia da semana, inclusive feriados municipais, estaduais e nacionais, finais de semana, dias de ponto facultativo, conforme a situação de Urgência ou Emergência exigir, sem alteração nos valores contratados;

7.1.11. A contagem da hora de voo será efetuada pelo horímetro da aeronave, sendo considerado tempo de voo a marcação do tempo em horas e décimos de hora;

7.1.12. O registro das horas de voo apuradas no horímetro da aeronave será assentado no Diário de Bordo, sendo da responsabilidade do Comandante a transcrição dessas informações e a aferição pelo representante autorizado da ANM que acompanhará a operação/deslocamento;

7.1.13. O acionamento do horímetro deverá ser automático, estando lacrado e acoplado a circuitos do helicóptero. A marcação do tempo no horímetro deverá cessar quando do corte do motor, havendo a redução dos níveis de pressão que o fizeram acionar.

7.1.14. A quantidade estimada de horas de voo constará da Ordem de Serviço de cada operação/deslocamento, bem como a data e o horário previstos para término das atividades no destino e retorno a base de origem, local de embarque, sendo comunicada a empresa Contratada, formalmente, nos prazos definidos neste Termo de Referência.

7.1.15. O Contratante realizará vistoria para constatação dos itens e configurações especificadas neste Termo de Referência, através de ato formal, antes do início dos deslocamentos.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. Do Modelo de Gestão do Contrato:

8.1.1. O Modelo de Gestão do Contrato se dará com fundamento na IN SEGES/MP nº 05, de 2017 e eventuais alterações posteriores, bem como à luz dos normativos internos desta Autarquia e seus manuais.

8.1.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações

assumidas pela Contratada, atestar a conformidade da prestação dos serviços e a alocação dos recursos necessários a execução do seu objeto, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar a observância das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

8.1.3. O conjunto de atividades de que trata o item anterior compete ao Gestor da execução do contrato, auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, conforme o caso, de acordo com as disposições constantes da IN SEGES/MP nº 05, de 2017 e seus anexos.

8.1.4. O recebimento provisório dos serviços ficará a cargo dos representantes autorizados da área de fiscalização da ANM que acompanharão as operações/deslocamentos, a serem designados fiscais técnicos e setoriais do Contrato em cada Unidade da ANM envolvida, sendo que o recebimento definitivo ficará a cargo do Gestor da execução do contrato.

8.1.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, a serem exercidas por servidores que formarão a equipe de fiscalização, com clara distinção de atividades no exercício dessas atribuições.

8.2. **Da Definição dos atores que participarão da Gestão do Contrato:**

8.2.1. A Gerência de Segurança de Barragens de Mineração (GSBM) fará a gestão da execução do contrato como usuária dos serviços, propondo alterações, prorrogação de vigência, aplicação de penalidades, etc.;

8.2.2. O Serviço de Gestão de Contratos (SEGEC) da Superintendência de Administração e Finanças (SAF) fará a gestão administrativa quanto a formalização de possíveis termos de reajustes, prorrogação de vigência, rescisão, aplicação de penalidades, etc.;

8.2.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato caberá aos servidores vinculados a GSBM, as Divisões de Segurança de Barragens de Mineração (DISBM) ou a outros setores envolvidos nas ações de fiscalização de campo, representantes autorizados da ANM que acompanharão as operações/deslocamentos, a serem designados fiscais técnicos e setoriais do contrato nas Regionais envolvidas;

8.2.4. A Equipe de fiscalização do Contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. **Da Designação da Equipe de Fiscalização:**

8.3.1. A designação dos servidores que atuarão como gestor, fiscais e seus substitutos para compor a Equipe de Fiscalização do Contrato será efetuada através de Ordem de Serviço, com posterior publicação no Boletim Interno Eletrônico (BIE) da ANM, e desempenharão o papel de Representantes da Administração de que trata o Art. 67 da Lei 8.666/93;

8.3.2. Para o exercício das atribuições, considera-se cientificada a Equipe de fiscalização contratual à partir da publicação da Ordem de Serviço de designação no BIE da ANM;

8.3.3. Nos casos de atrasos ou ausência de designação, desligamento, afastamento extemporâneo ou definitivo do gestor, fiscais ou seus substitutos e até que seja providenciada nova indicação, a competência das respectivas atribuições caberá à autoridade administrativa demandante dos serviços ou a quem esta delegar;

8.3.4. O gestor e fiscais substitutos do contrato atuarão nas ausências e impedimentos eventuais e regulamentares dos respectivos titulares;

8.3.5. O gestor, os fiscais titulares ou seus substitutos deverão elaborar relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos serviços referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo;

8.3.6. Para o exercício de suas atribuições, a Equipe de fiscalização deverá ter acesso aos processos e documentos que originaram a contratação;

8.3.7. Consideram-se recebidos os documentos/processos relacionados e/ou tramitados através do SEI;

8.3.8. O encargo de gestor ou fiscal de contrato não pode ser recusado pelo servidor, por não se tratar de ordem ilegal, devendo expor à autoridade administrativa as deficiências e limitações técnicas que possam impedir o diligente cumprimento do exercício de suas atribuições, se for o caso;

8.3.9. Comprovada a deficiência ou limitação técnica do servidor designado para o exercício da atividade de fiscal ou gestor de contrato, a Administração deverá providenciar sua qualificação para o desempenho das atribuições, conforme a natureza e complexidade do objeto, ou designar outro servidor com a qualificação requerida;

8.4. **Do Preposto da Contratada:**

8.4.1. A Contratada deverá, a partir da assinatura do contrato e antes do início da prestação dos serviços, indicar formalmente representante legal da empresa para atuar como Preposto, cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto, bem como informar dados pessoais como: nome completo, cargo na empresa, número de CPF, telefone fixo, telefone móvel e endereço de correio eletrônico para notificação;

8.4.2. Tal profissional servirá de elo entre a Contratada e a ANM e se responsabilizará por todas as providências solicitadas pela Administração, inerentes ao objeto e as obrigações contratuais assumidas, durante toda a vigência do contrato;

8.4.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

8.4.4. A Contratante se reserva o direito de, a qualquer tempo, solicitar a substituição de prepostos da Contratada, uma vez constatado o não preenchimento das condições exigidas para assistência a ser prestada, ou que se conduzam de modo inconveniente ou incompatível com o decoro e a função a qual lhe foi cometida;

8.4.5. O preposto deverá efetuar as comunicações por escrito à ANM, no prazo de até **3h (três horas)** de antecedência do horário definido para embarque constante na OS, de qualquer fato que impossibilite ou que de alguma forma interfira na execução de suas obrigações, sob pena de aplicação de sanções cabíveis;

8.4.6. O preposto deverá comunicar à ANM qualquer situação que caracterize descumprimento das obrigações constantes deste Termo de Referência, da Proposta apresentada e das Ordens de Serviço expedidas.

8.5.

Da reunião inicial e outras convocações:

8.5.1. Após a assinatura do contrato e sempre que a natureza da prestação dos serviços exigir, o Contratante poderá promover reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização do contrato, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.5.2. Os assuntos tratados na reunião inicial devem ser registrados em Ata e estarem presentes a Equipe responsável pela fiscalização do contrato, o preposto da empresa e, se for o caso, o servidor ou Equipe de Planejamento da Contratação.

8.5.3. O Contratante convocará o Preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, sempre que a situação assim exigir.

8.6.

Das Comunicações:

8.6.1. As comunicações entre o órgão Contratante e a empresa Contratada ocorrerá sempre por escrito e da seguinte forma:

8.6.1.1. Atas com registro dos presentes, pautas tratadas e deliberações;

8.6.1.2. Notificações de Registro de Ocorrências;

8.6.1.3. Mensagens de correio eletrônico; e

8.6.1.4. Ofícios e comunicados via Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

8.6.2. A Contratada deverá informar endereços de correio eletrônico para receber comunicações da Contratante, assumindo a responsabilidade decorrente em caso de eventual perda de prazo quando do não acesso a caixa de correio informada para ciência das comunicações da Contratante.

8.6.3. A contratada deverá estar ciente de que quaisquer entendimentos com a Equipe de fiscalização serão feitos sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordem ou declarações verbais.

8.7.

Da Medição/aferição dos Serviços:

8.7.1. A forma de aferição/medição dos serviços para efeito de pagamento será feita com base na quantidade de horas de voo registradas no horímetro da aeronave e proporcionalmente a qualidade dos resultados alcançados.

8.7.2. A unidade de medida adotada para pagamento dos serviços será o tempo de voo em horas e décimos de hora, desde que executados, recebidos e aprovados pela fiscalização do contrato.

8.7.3. Os serviços deverão ser prestados com base nos parâmetros mínimos de qualidade a seguir estabelecidos:

8.7.3.1. O principal resultado a ser atingido com a presente contratação é dotar a Gerência de Segurança de Barragens de Mineração (GSBM) da ANM da mobilidade e celeridade necessárias para desloca-se até as estruturas de barragens de rejeitos de mineração localizadas em áreas remotas de vários Estados da Federação, utilizando transporte aéreo regulamentado e garantidos a pontualidade e a segurança do voo;

8.7.3.2. Para aferição da qualidade na prestação dos serviços a mesma será acompanhada de metas e indicadores de desempenho que assegurem os resultados esperados e a correção de defeitos verificados, dentro de parâmetros compatíveis com as atividades a serem desenvolvidas, conforme Instrumento de Medição do Resultado (IMR), que segue em anexo;

8.7.3.3. Os indicadores eleitos refletem fatores que estão sob controle da Administração no acompanhamento da execução do contrato e que são essencialmente relevantes para obtenção de resultados positivos dos serviços.

8.7.3.4. O Gestor do Contrato deverá comunicar à empresa Contratada, por escrito, o resultado da avaliação de qualidade dos serviços quando verificado o cabimento de descontos e sanções, sempre de forma anterior à emissão de faturas, notas de pagamento ou notas fiscais por parte da Contratada.

8.7.4. O Gestor do Contrato promoverá mensalmente a tabulação das ocorrências constantes no IMR de modo a identificar o percentual de aceitação dos serviços, considerando sempre o somatório das ocorrências computadas nos últimos três meses.

8.7.5. O nível de aceitação dos serviços que deverá ser aplicado proporcionalmente ao preço contratual será analisado da seguinte forma:

- a) Fator de Aceitação dos serviços: 100% de avaliação dos serviços (quando somatório de ocorrências for menor ou igual a 2);
- b) Fator de Aceitação dos serviços: 99% de avaliação dos serviços (quando o somatório de ocorrências for igual a 3);
- c) Fator de Aceitação dos serviços: 97% de avaliação dos serviços (quando o somatório de ocorrências for igual a 4);
- d) Fator de Aceitação dos serviços: 95% de avaliação dos serviços (quando o somatório de ocorrências for entre 5 e 6, inclusive);
- e) Fator de Aceitação dos serviços: 90% de avaliação dos serviços (quando o somatório de ocorrências for entre 7 e 8, inclusive);
- f) Fator de Aceitação dos serviços: 85% de avaliação dos serviços (quando o somatório de ocorrências for superior a 8 e inferior a 10, inclusive);
- g) Fator de Aceitação dos serviços: 80% de avaliação dos serviços (quando o somatório de ocorrências for superior a 10), cumulativamente com a penalização de advertência conforme contrato;
- h) Fator de Aceitação dos serviços: 70% de avaliação dos serviços (quando o somatório de ocorrências for superior a 13), cumulativamente com a penalização de multa conforme contrato;
- i) No caso da existência de 15 (quinze) ou mais Registros de Ocorrências computados nos três últimos meses acarretará a não-aceitação dos serviços do mês em análise e, cumulativamente, caracteriza a inexecução total da obrigação assumida, devendo ser aplicada a penalidade de multa, conforme contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

8.7.6. As aferições e cálculo de glosas em virtude de serviços não prestados adequadamente constarão de relatórios circunstanciados elaborados pela equipe de fiscalização.

8.7.7. A Gestão do Contrato notificará a empresa Contratada do resultado da avaliação do Fator de Aceitação dos Serviços até o 5º (quinto) dia útil imediatamente posterior ao período de apuração considerado.

8.7.8. A empresa Contratada terá 3 (três) dias úteis, a contar da ciência, para apresentar suas razões quanto aos apontamentos decorrentes do resultado da avaliação do Fator de Aceitação dos Serviços.

8.7.9. Apurado o Fator de Aceitação dos Serviços e, caso as razões da empresa Contratada não sejam aceitas ou deixem de ser apresentadas, restando comprovado o não cumprimento dos parâmetros mínimos de qualidade estabelecidos, a Contratada fará jus ao percentual do valor pactuado equivalente a cada uma das 8 (oito) faixas, calculado conforme estabelecido acima.

8.7.10. O Gestor do Contrato notificará a empresa contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no IMR.

8.7.11. A utilização do IMR não impede a Administração de acompanhar os serviços através de outros mecanismos complementares para aferir os resultados.

8.7.12. Conforme o caso, além do redimensionamento dos pagamentos, o nível de desconformidade dos serviços poderá ensejar, cumulativamente, penalidades à Contratada e/ou a rescisão unilateral do contrato, garantidos o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.7.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos relativos aos indicadores de qualidade e desempenho definidos neste Termo de Referência, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento.

8.7.14. Os indicadores do IMR não excluem obrigações, sanções, descontos ou glosas quaisquer referenciadas por outros itens e cláusulas do presente Termo de Referência, podendo ser aplicados cumulativamente, quando couber.

8.8. O procedimento de verificação do cumprimento, por parte da Contratada, da manutenção das condições de habilitação durante a vigência do contrato são as descritas nos [itens 15, 17 e 21](#) deste Termo.

8.9. A definição das sanções, glosas e condições para rescisão contratual, devidamente justificados, e os respectivos procedimentos para a aplicação, estão previstos nos [itens 15, 17, 20](#) deste Termo.

8.10. Não será exigida garantias de execução contratual conforme definido no [item 19](#) deste Termo.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar e em todas e quaisquer condições, sem ônus para o Órgão Contratante, todos os materiais, equipamentos de segurança, de proteção individual e coletivo, logística de abastecimento, uniformes, ferramentas, acessórios, utensílios e insumos necessários, nas quantidades e especificações mínimas previstas nos regulamentos aeronáuticos, promovendo sua substituição quando necessário.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 10.1.1. Caso uma mesma empresa vença o certame em mais de um item, esta deverá possuir condições de atender às demandas das respectivas localidades simultaneamente;
 - 10.1.2. Eventual deslocamento da aeronave até o local de embarque deverá estar incluso nos custos de mobilização da aeronave, de responsabilidade exclusiva da Contratada.
 - 10.1.3. A aeronave deve possuir capacidade para realizar pouso em área restrita e em terrenos irregulares, desprovidas de estrutura aeroportuária;
 - 10.1.4. Dispor de seguro aeronáutico, em conformidade com a legislação vigente, assim como reforço de Seguro de Responsabilidade Civil – RETA, 2º Risco, para cobertura dos ocupantes da aeronave, pessoas e bens no solo em limite único combinado;
 - 10.1.5. Responsabilizar-se pela logística de abastecimento no decorrer das operações, caso necessário;
- 10.2. Apresentar juntamente com a proposta a seguinte documentação operacional, ou equivalentes que as substituam, exigidas pelos normativos em vigor, em plena validade, referentes as comprovações da empresa para prestação de serviços aéreos, dos registros e condições de manutenção das aeronaves do tipo helicóptero que compõem a frota, da oficina homologada para realização de serviços de manutenção, bem como planos, programas e manuais de treinamento, segurança, manutenção e operação:
- 10.2.1. Autorização operacional da empresa para exploração de serviço de transporte aéreo na modalidade taxi aéreo;
 - 10.2.2. Especificações Operativas da empresa aprovadas e seus anexos;
 - 10.2.3. Certificado de Operador Aéreo (COA) ou Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA);
 - 10.2.4. Autorização para realização de serviços de manutenção em aeronaves ou contrato de manutenção com oficina homologada;
 - 10.2.5. Especificações operativas da organização de manutenção (oficina) e respectiva lista de capacidade (E.O);
 - 10.2.6. Certificado de Organização de Manutenção (oficina);
 - 10.2.7. Certificado de matrícula das aeronaves tipo helicóptero;
 - 10.2.8. Certificado de Aeronavegabilidade das aeronaves tipo helicóptero(C.A);
 - 10.2.9. Registro Aeronáutico Brasileiro que comprove cadastro das aeronaves tipo helicóptero na ANAC (RAB);
 - 10.2.10. Programa de Treinamento Operacional dos aeronautas da empresa aprovado pela ANAC (PrTOP);
 - 10.2.11. Manual Geral de Manutenção da empresa aprovado/aceito pela ANAC (MGM);
 - 10.2.12. Plano de Segurança de Operador Aéreo (PSOA);
 - 10.2.13. Manual Geral de Operações aceito pela ANAC (MGO);
 - 10.2.14. Certificado de aceitação ou revisão do Manual de Gerenciamento de Segurança Operacional pela ANAC (MGSO);
 - 10.2.15. Comprovação de plena condição de manutenção das aeronaves, objeto da licitação, através de certificados de homologação emitidos pela ANAC.

- 10.2.16. Ficha de Inspeção Anual de Manutenção das aeronaves tipo helicóptero (FIAM);
 - 10.2.17. Declaração de Inspeção Anual de Manutenção (IAM/DIAM) ou Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA);
 - 10.2.18. Relatório de Condição de Aeronavegabilidade (RCA) ou Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA);
 - 10.2.19. Apólice de seguro aeronáutico de Responsabilidade do Explorador e Transportador Aéreo de aeronave do tipo helicóptero (RETA);
 - 10.2.20. Certidão negativa de débitos da empresa e das aeronaves tipo helicóptero perante a ANAC, DECEA e Infraero;
 - 10.2.21. Licença de Estação de Aeronave para instalação e uso de equipamento de radiocomunicação, expedida pela ANATEL;
- 10.3. Apresentar juntamente com a proposta a seguinte documentação comprobatória, ou equivalentes que as substituam, exigidas pelos normativos em vigor, em plena validade, referentes as licenças e habilitações dos pilotos de helicóptero e da equipe técnica de manutenção de helicóptero que integram o quadro de funcionários da empresa:
- 10.3.1. Comprovação das licenças e habilitações dos pilotos de helicóptero;
 - 10.3.2. Certificado de Habilitação Técnico para operação de aeronave tipo helicóptero, válido e expedido pela ANAC (CHT);
 - 10.3.3. Certificado de Capacidade Física dos pilotos de helicóptero, válido e expedido pela ANAC (CCF);
 - 10.3.4. Certificado Médico Aeronáutico Classe 1 dos pilotos de helicóptero, válido e expedido pela ANAC (CMA);
 - 10.3.5. Comprovante de vínculo empregatício dos pilotos de helicóptero;
 - 10.3.6. Comprovação das licenças e habilitações da equipe técnica de manutenção de helicóptero;
 - 10.3.7. Comprovante de vínculo empregatício da equipe técnica de manutenção de helicóptero;
 - 10.3.8. Comprovante de registro no CREA/CONFEA do Engenheiro de manutenção responsável;
- 10.4. A aeronave deverá possuir todos os itens relativos à cobertura securitária, inclusive com seguro total, com cobertura dos riscos:
- 10.4.1. ADITIVO A: Cobertura CASCO e L. U. C. – Limite Único Contratado (responsabilidade civil);
 - 10.4.2. ADITIVO B: Garantia R. E. T. A. para as classes 1, 2, 3 e 4.
- 10.5. A localização dos complexos minerários que possuem estruturas de barragens em suas plantas podem ser consultados no endereço: <https://app.anm.gov.br/SIGBM/Publico/Mapa>.
- 10.6. A apresentação de proposta no presente certame implica na aceitação das condições estabelecidas neste Termo e a obrigatoriedade de cumprimento das disposições nele contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto consoante o especificado em sua proposta.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Gerais:

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, §5º, da Lei 8.666/93;

Específicas:

- 11.12. Verificar a conformidade da aeronave, da habilitação do piloto e da apólice de seguro previamente ao embarque;
- 11.13. Atestar e conferir os relatórios de horas de voo ao final de cada forma de utilização;

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**Gerais**

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos suficientes dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência e seus anexos, além de outros aplicáveis;

- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
 - 12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Sustentáveis

- 12.23. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de mão de obra.
- 12.24. Disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como os materiais e equipamentos necessários à execução das atividades relativas à contratação.
- 12.25. Observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho.
- 12.26. Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.
- 12.27. Fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletivos (EPC) em bom estado de utilização, prezando pela saúde e segurança durante a execução dos serviços.

- 12.28. Fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança, em especial, o que consta das Normas Regulamentadoras do MTE.
- 12.29. Promover treinamentos e capacitações periódicas de seus funcionários no atendimento às Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, prevenção e combate a incêndios, práticas de redução do consumo de água, energia e geração de resíduos, de forma a implementar as lições aprendidas durante a prestação dos serviços, zelando pela segurança e saúde de pessoas, bens e do meio ambiente.
- 12.30. Manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e ao estado das instalações hidrossanitárias e elétricas.
- 12.31. Administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.
- 12.32. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.
- 12.33. Adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica.
- 12.34. Realizar a disposição final e ambientalmente adequada das embalagens, resíduos e materiais inservíveis após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no Art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS.
- 12.35. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010, (PNRS), possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos, aprovado pela autoridade competente.
- 12.36. recolher lâmpadas utilizadas na prestação dos serviços para descartá-las junto ao sistema de coleta do fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, conforme sistema de Logística Reversa previsto Lei nº 12.305, de 2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.
- 12.37. Observar o contido na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 2010, além de outras práticas sustentáveis aplicáveis a prestação dos serviços.
- 12.38. Respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
- 12.39. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

12.39.1. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

12.39.2. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

12.39.3. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente

autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

Específicas:

- 12.40. Estar homologada perante a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC para a atividade S.A.E - Serviço Aéreo Especializado, bem como ter a indispensável autorização para os serviços em suas aeronaves;
- 12.41. Estar homologada perante a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC para a atividade T.P.X - Transporte Aéreo de Passageiros, bem como ter a indispensável autorização para os serviços em suas aeronaves;
- 12.42. Disponibilizar aeronaves nas condições, configuração e locais de embarque definidos neste Termo de Referência, para operação/deslocamento nos destinos informados na Ordem de Serviço de acionamento;
- 12.43. Designar tripulação (Comandante) devidamente habilitado pela ANAC, apresentando a seguinte documentação válida, mas não se limitando:
- 12.43.1. Certificado de Habilitação Técnica (CHT) para operação de aeronave objeto da presente contratação, obedecidos os padrões determinados pela ANAC;
 - 12.43.2. detentor da licença de Piloto Comercial de Helicóptero (PCH);
 - 12.43.3. possuir Certificado de Capacidade Física (CCF) de 1ª Classe em plena validade;
 - 12.43.4. vínculo empregatício, contratual ou societário comprovado através de contrato social, registro em carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho de serviço profissional;
 - 12.43.5. certificados de treinamento de acordo com o tipo de serviço aéreo realizado;
- 12.44. Cumprir e fazer cumprir por parte de sua tripulação as regras contidas no Código Brasileiro de Aeronáutica e regulamentos da ANAC;
- 12.45. Não efetuar manobras desnecessárias ao emprego da aeronave em missão/operação;
- 12.46. Cuidar para que missões/operações das aeronaves em áreas não controladas/homologadas ocorra dentro de limites de segurança aceitáveis e razoáveis, principalmente para terceiros no solo e passageiros embarcados, quanto às normas de segurança em situações de emergência, embarque e desembarque;
- 12.47. Empregar aeronaves em perfeitas condições de aeronavegabilidade e de acordo com os requisitos mínimos previstos neste Termo de Referência;
- 12.48. As aeronaves devem ser operadas em consonância com as normas e regulamentos da ANAC;
- 12.49. Possuir autorização para realização dos serviços de manutenção em suas aeronaves ou contrato de manutenção com oficina homologada;
- 12.50. Responsabilizar-se pelas despesas de hangaragem, de tarifas aeroportuárias e de uso das comunicações, bem como auxílio à navegação aérea em rota;
- 12.51. Responsabilizar-se pelos custos de manutenção e uso do Sistema Informatizado de Controle e Supervisão de Ações e Operações de Apoio Aéreo, inclusive rastreamento e transmissão de dados;
- 12.52. Manter às suas expensas os seguros necessários ao cumprimento da legislação em vigor destinados à cobertura dos tripulantes e passageiros;
- 12.53. Prover materiais, combustíveis, equipamentos e pessoal técnico necessários às operações/missões relacionados ao tipo de aeronave utilizada;

- 12.54. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes dos deslocamentos, horas paradas, alimentação e estadias da tripulação, bem como da equipe de apoio à missão (manutenção, abastecimento, equipe de solo, etc);
- 12.55. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de manutenção e abastecimento da aeronave no local da operação/missão, inclusive nos locais desprovidos de postos de abastecimento de querosene de aviação;
- 12.56. Apresentar documento expedido pelo órgão regulador que ateste que o abastecimento de combustível assim como os equipamentos suplementares que darão suporte as operações/deslocamentos, de acordo com o perfil de cada um deles, atendem as normas e padrões de segurança exigidos pela legislação vigente;
- 12.57. Demonstrar através de documentação técnica, que descreva as funcionalidades e perfil tecnológico de equipamentos e sistemas de rastreamento das aeronaves e de transmissão de dados, que a sua utilização é possível e que não acarretará transtornos para o seu transporte e utilização por parte dos usuários do serviço aéreo;
- 12.58. Manter atualizados controles técnicos das aeronaves e apresentá-los a ANM sempre que solicitados;
- 12.59. Apresentar ao Contratante antes do início de cada operação e sempre que for necessária a substituição da aeronave, a seguinte documentação válida, mas não se limitando:
- 12.59.1. Certidão de matrícula, prefixo e nacionalidade;
 - 12.59.2. Certificados de homologação emitidos pela ANAC comprovando a plena condição de manutenção da aeronave;
 - 12.59.3. Certificado de Aeronavegabilidade (C.A.);
 - 12.59.4. Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA);
 - 12.59.5. Certificado de Matrícula (CM);
 - 12.59.6. Especificações Operativas (E.O.);
 - 12.59.7. Certificado de Homologação de Empresas de Táxi Aéreo (CHETA);
 - 12.59.8. Seguro Obrigatório;
 - 12.59.9. Mapa informativo dos componentes da Célula e do Motor;
 - 12.59.10. Mapa Informativo de Controle de Diretrizes de Aeronavegabilidade;
 - 12.59.11. Ficha Anual de Manutenção - FIAM/DIAM; e
 - 12.59.12. demais documentos de porte obrigatório a bordo da aeronave.
- 12.60. Responsabilizar-se perante as autoridades competentes e apresentar ao Contratante, sempre que for necessário ou solicitado, a seguinte documentação válida, mas não se limitando:
- 12.60.1. Programa de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (PPAA) aprovado;
 - 12.60.2. Gestão de Segurança Operacional de acordo com as normas aplicáveis;
 - 12.60.3. Autorização para realização de serviços de manutenção em aeronaves ou contrato de manutenção com oficina homologada;
- 12.61. Responsabilizar-se pelo correto preenchimento do Diário de Bordo por parte da tripulação, atentando para as instruções contidas na legislação vigente da ANAC, tomando conhecimento das possíveis sanções previstas nos regulamentos aplicáveis quanto a irregularidades no seu preenchimento;

- 12.62. Manter relatório atualizado com nome dos tripulantes e passageiros, área de operação, horários de acionamento e desacionamento, devidamente assinados pelo piloto e pelo representante autorizado da ANM na operação/deslocamento;
- 12.63. Informar ao Contratante, de imediato, caso ocorra a substituição de horímetro de vôo da aeronave, bem como reportar no Diário de Bordo da mesma o Serial e o Part Number do novo equipamento e do danificado;
- 12.64. Comunicar imediatamente a ANM qualquer discrepância ocorrida nas aeronaves que venha afetar a segurança de voo;
- 12.65. Indenizar o Contratante e/ou terceiros por quaisquer danos ou prejuízos resultantes de ações/omissões, seja por dolo ou culpa dos seus empregados, relacionadas com o objeto deste Termo de Referência;
- 12.66. Custear todas as despesas com atendimento médico, pré-hospitalar, hospitalar, ambulatorial, fisioterápico, psicológico, de transporte e traslado, de funerais e demais despesas relacionados diretamente ou indiretamente às vítimas e a terceiros, em caso de incidente ou acidente aeronáutico;
- 12.67. Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do órgão Contratante não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes;
- 12.68. Substituir, no caso de ocorrência de indisponibilidade da aeronave, por quaisquer razões, no local onde foi interrompida a operação/missão, ou em outro definido pelo Contratante, sendo a contagem das horas/voo reiniciada após o recebimento formal de aeronave que atenda as especificações contidas neste Termo de Referência;
- 12.69. Realizar treinamentos teóricos e práticos, com periodicidade prevista no cronograma de treinamentos da empresa, realizando a reciclagem teórica dos Pilotos nas técnicas aplicáveis ao tipo de missão da ANM;
- 12.70. Disponibilizar em meio digital arquivo com os percursos e coordenadas geográficas, extraídos do equipamento GPS de bordo do helicóptero, compatíveis com aplicações usuais de domínio público;
- 12.71. Manter sigilo completo das missões/operações efetuadas ou não, respondendo por possíveis danos que possam vir a ocorrer em decorrência da falta de sigilo e descrição de seus funcionários;
- 12.72. Não conduzir na aeronave, quando em missão/operação do Contratante, pessoas estranhas as atividades da ANM;
- 12.73. Não aceitar cortesias de pessoas que se apresentem solícitas com a ANM ou seus prepostos (pagamento de hospedagem, refeições, presentes etc.);
- 12.74. Observar e cumprir fielmente as disposições do Código Brasileiro de Aeronáutica – CBA, as determinações da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dos demais regulamentos e normas das autoridades aeroportuárias;

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30 %(trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 13.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.
- 13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das

atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13.4. A utilização de serviços de outras empresas visando atender demandas de abastecimento, equipe de apoio de solo, à prestação de serviços acessórios, etc., é algo inerente ao modelo de mercado, não sendo entendido o uso desses serviços como subcontratação, para fins da presente licitação.

13.5. Em qualquer hipótese de uso de serviços de terceiros permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades das demais empresas, bem como responder perante o órgão Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O Gestor do Contrato, com o apoio do fiscal técnico, deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo Gestor do Contrato, ouvido o fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal, mensal ou por evento, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas, previamente a realização de cada deslocamento/operação:

15.16.1. certificar-se da manutenção das condições de regularidade da empresa Contratada e da Aeronave a ser utilizada perante os órgãos aeroportuários competentes;

15.16.2. comprovar a habilitação do piloto, o vínculo empregatício com a Contratada e o atendimento dos demais requisitos definidos neste Termo de Referência;

15.16.3. atestar a vigência, cobertura e demais condições das apólices de seguro aeronáutico obrigatórios perante os órgãos competentes;

15.16.4. conferir a disponibilidade na aeronave dos itens, equipamentos e acessórios de segurança obrigatórios;

15.16.5. registrar a leitura inicial do horímetro da aeronave e seu número de série (part number) e a condição do lacre;

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições

técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos da realização da operação/deslocamento, a CONTRATADA deverá entregar a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual (diário de bordo e relatórios com a contabilização das horas/voo, identificação da aeronave, tripulação e passageiros a bordo, itinerários percorridos, área de operação, horários de acionamento e desacionamento, bem como arquivo com os percursos e coordenadas geográficas extraídos do equipamento GPS de bordo do helicóptero);

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e/ou setorial, representante autorizado da área de fiscalização da ANM que acompanhou as operações/deslocamentos, após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 17.4.1. o prazo de validade;
- 17.4.2. a data da emissão;
- 17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 17.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 17.4.5. o valor a pagar; e
- 17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 17.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

- 17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse

público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6 / 100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, em face da inexistência de índices setoriais ou específicos, bem como não se verificou no mercado índice geral de preços de adoção consagrada ou que esteja melhor correlacionado com o objeto da contratação.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

19.1.1. Todas as operações aéreas são cobertas por seguros aeronáuticos obrigatórios, conforme preceitua a legislação aplicada, que correm às custas e sob a responsabilidade da empresa Contratada.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 20.1.5. cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. **Multa de:**

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por hora sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 4 (quatro) horas. Após a quinta hora e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% sobre o valor da hora/voo do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação das apólices de seguro aeronáutico obrigatórios (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 10 (dez)

dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Termo de Referência.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor da hora/voo do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor da hora/voo do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor da hora/voo do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor da hora/voo do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor da hora/voo do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar no diário de bordo, a cada operação, as informações detalhadas relativas ao deslocamento/missão, por Ordem de	01

	Serviço;	
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador da atividade, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
12	Atender à solicitação de Voo no tempo definido na Ordem de Serviço	05

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 08 (oito) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

- 20.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. Documentos operacionais que deverão acompanhar a proposta de preços ou serem apresentados ao Órgão Contratante quando solicitado:

- I - Habilitação dos pilotos de helicópteros perante a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC;
- II - comprovação do vínculo empregatício dos pilotos;
- III - Registro Aeronáutico Brasileiro-RAB da ANAC contendo a indicação da marca, modelo, ano de fabricação, procedência, número de série e matrícula das aeronaves do tipo helicóptero que compõem a frota;
- IV - Habilitação Técnica das Aeronaves tipo helicóptero, equipamentos de Apoio de Solo e dos Processos de Gestão, Controle e Supervisão Operacional de Apoio Aéreo;
- V - documentos que atestem a propriedade das aeronaves tipo helicóptero. Admite-se como aeronave de sua propriedade, a aeronave adquirida através da contratação mercantil junto às instituições financeiras e que visem à transferência de propriedade à empresa ao final do contrato;
- VI - apresentar no idioma português, as especificações técnicas, para cada modelo de helicóptero, com o seu respectivo número de série e matrícula, discriminando, obrigatoriamente, os seus equipamentos e acessórios;
- VII - apresentar prospectos, catálogos ilustrativos, fotos e um histórico da aeronave ofertada contendo: total de horas voadas, manutenções realizadas, acidentes ou incidentes que foi envolvida e tipos de missões que ela já tenha sido empregada;
- VIII - Certificado que comprove a homologação da empresa junto a ANAC para a prestação de Serviços de Táxi Aéreo ou Serviços Aéreos Especializados (SAE)/(TPX);
- IX - cópia da apólice do seguro aeronáutico, em conformidade com a legislação vigente, assim como do reforço de Seguro de Responsabilidade Civil – RETA, 2º Risco, para cobertura dos ocupantes da aeronave, pessoas e bens no solo em limite único combinado;

X - atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem a prestação dos serviços equivalentes a especificada neste Termo de Referência

21.4. O critério de aceitabilidade de preços é sigiloso, nos termos do art. 15 do Decreto nº 10.024, de 2019, do art. 7º, §3º da Lei nº 12.527, de 2011, e do art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário da hora/voo.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. visto tratar-se de SRP, a dotação orçamentária será indicada em momento anterior a contratação.

24. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

24.1. A execução dos serviços será iniciada com a emissão da Ordem de Serviço (OS), via sistema eletrônico SEI, deferido por autoridade competente da ANM, acompanhada da respectiva Nota de Empenho, na forma que segue:

24.1.1. Em situações de URGÊNCIA a OS será expedida com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência do horário definido para embarque, constante na própria OS;

24.1.2. Em situações de EMERGÊNCIA a OS será expedida com, no mínimo, 4h (quatro horas) de antecedência do horário definido para embarque, constante na própria OS;

25. ANEXOS

25.1. Anexo I - Estudo Técnico Preliminar (Doc. SEI 2257619)

25.2. Anexo II - Instrumento de Medição de Resultado - IMR (Doc. SEI 1835841);

25.3. Anexo III - Minuta de Ordem de Serviço para acionamento da contratada (Doc. SEI 1835842);

25.4. Anexo IV - Modelo exemplificativo de planilha de custo (Doc. Sei 1835843);

Elaborado por:

Ana Cecília Barbosa dos Santos

Coordenadora da Equipe de Planejamento da Contratação
SEFAM/RJ

Eliezer Senna Gonçalves Junior

Coordenador substituto da Equipe de Planejamento da Contratação
DIESBM/GSBM

Sirlene Alvarenga Lage Ribeiro

Integrante Técnico e usuário da Equipe de Planejamento da Contratação

DISBM/MG

Alex Rodrigues de Freitas

Integrante Técnico e usuário da Equipe de Planejamento da Contratação
SESBM/PA

Álvaro Barbosa de Santana

Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação
SAF/DINLIC

De Acordo:

Luiz Paniago Neves

Gerente de Segurança de Barragens de Mineração

José Jaime Sznclwar

Superintendente de Produção Mineral
Autoridade Competente da Área Requisitante



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paniago Neves, Gerente de Segurança de Barragens de Mineração**, em 01/03/2021, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cecília Barbosa dos Santos, Especialista em Recursos Minerais (art. 1º da Lei 11.046/2004)**, em 01/03/2021, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Sirlene Alvarenga Lage Ribeiro, Técnico Administrativo (art. 1º da Lei 11.046/2004)**, em 01/03/2021, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alex Rodrigues de Freitas, Chefe de Serviço**, em 01/03/2021, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Álvaro Barbosa de Santana, Chefe de Divisão de Gestão Nacional de Licitações**, em 01/03/2021, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eliezer Senna Gonçalves Junior, Especialista em Recursos Minerais (art. 1º da Lei 11.046/2004)**, em 02/03/2021, às 08:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **José Jaime Sznclwar, Superintendente de Produção Mineral**, em 03/03/2021, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.anm.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **2257646** e o código CRC **AB32DC9F**.

Referência: Processo nº 48054.001056/2019-09

SEI nº 2257646